



O lugar das rádios comunitárias em Moçambique como possibilitadoras de acesso à cidadania

*The Role of Community
Radios in Mozambique
as Enablers of Access
to Citizenship*

*El papel de las
radios comunitarias
en Mozambique en la
facilitación del acceso
a la ciudadanía*

Aida Aurora Madope Mangué¹

¹ Mestranda em Cooperação e Desenvolvimento na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (UEM); Licenciada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). aidamadopemangué@gmail.com

Revista UNINTER de comunicação

Resumo

No momento em que as novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) contam com visibilidade e recebem investimentos, cabe reflectir sobre o lugar das rádios comunitárias (RCs) como possibilidade de acesso à cidadania em países fragilizados economicamente como Moçambique. Nesse texto são apresentados dados e perspectivas para definir formatos de programas e actividades que podem alavancar a organização de populações que só dispõem das emissoras de rádio comunitárias para ter maior visibilidade social. No que se refere à cidadania, propõem-se que as RCs sejam consideradas como recursos de organização social, enquanto estruturas que historicamente têm ampliado a participação cidadã, especialmente na região da África Austral, onde está Moçambique. A partir dos dados do último censo e de informações disponibilizadas pelo Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC), apresenta-se uma visão geral do sector e propostas para aprimorar os trabalhos de inserção cidadã nas comunidades atendidas por rádios comunitárias. As propostas estão sintonizadas com experiências de Educomunicação, fundamentadas em estudos de Citelli e Costa, Soares, Freire e Kaplún.

Palavras-chave: rádios comunitárias; cidadania; educomunicação; sociedade.

Abstract

In an era marked by the rising prominence and investment in information and communication technologies (ICTs), it becomes imperative to ponder the significance of Community Radios (CRs) as a viable avenue for access, even within fragile nations like Mozambique. This paper introduces statistical data and anticipatory considerations to explore potential program structures and activities that can catalyze the mobilization of

community radio broadcasts to attain enhanced social visibility. Within the domain of CRs, they manifest as agents of historic organizational prowess, notably augmenting civic engagement, particularly in Southern Africa, including Mozambique. Drawing on data extracted from the most recent Census and insights provided by the Community Information and Communication Support Center (CAICC), this study offers a comprehensive overview of the sector, alongside strategies to amplify endeavors aimed at integrating citizens within the localities served by Community Radios. These proposals harmonize with Educommunication experiences grounded in the works of Citelli & Costa, Soares, Freire, and Káplun.

Keywords: community radios; citizenship; educommunication; society.

Resumen

En un momento en que las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC) gozan de visibilidad y reciben inversiones, vale la pena reflexionar sobre el lugar de las radios comunitarias (RC) como posibilidad de acceso a la ciudadanía en países económicamente frágiles como Mozambique. En este texto se presentan datos y se hacen prospecciones para definir formatos de programas y actividades que puedan impulsar la organización de poblaciones que solo cuentan con las radios comunitarias para tener mayor visibilidad social. En lo que se refiere a la ciudadanía, se propone que las RC sean consideradas como recursos de organización social, por ser estructuras que históricamente han ampliado la participación ciudadana, especialmente en la región del sur de África, en donde se encuentra Mozambique. Sobre la base de datos del último censo, así como de información suministrada por el Centro de Apoyo a la Información y la Comunicación Comunitaria (CAICC), se ofrece una visión general del sector y

propostas para ampliar el trabajo de inclusión ciudadana en las comunidades atendidas por las radios comunitarias. Las propuestas están en sintonía con experiencias de Educomunicación, basadas en estudios de Citelli y Costa, Soares, Freire y Kaplún.

Palabras-clave: radios comunitarias; ciudadanía; educomunicación; sociedad.

Introdução

As rádios comunitárias em Moçambique são instrumentos poderosos de desenvolvimento humano porque elas são, essencialmente, educativas e formativas. Elas estão na lista dos modelos de comunicação para o desenvolvimento comunitário, porque têm o componente de participação do seu público-alvo, visto que é a mesma comunidade que organiza, que define os temas e conteúdos, que produz, que divulga e que avalia os programas e conteúdos transmitidos.

As rádios comunitárias (RCs) vão ao encontro das populações locais porque têm a prerrogativa de se apresentarem nas línguas tradicionais das comunidades em que estão inseridas (em Moçambique existem mais de 40 idiomas tradicionais, embora seja um país de língua oficial portuguesa). Ainda em 2022 são encontradas comunidades inteiras que não falam e não lêem português. Conforme o *Ethnologue*, a maior autoridade em idiomas do mundo, existem 43 línguas tradicionais em Moçambique (Ethnologue, 2022). Outros órgãos, como o núcleo de Estudos de Línguas da Universidade Eduardo Mondlane, apon-

tam que são 22 as diferentes línguas moçambicanas.

Somente a Rádio Moçambique (RM), a única que possui sinal e delegações em todas as províncias do país, transmite em 19 línguas nacionais diferentes, além do português e do inglês. A RM é uma emissora pública, controlada pelo governo, que tem orientação para dialogar com os falantes de diferentes línguas.

Informações do censo de 2017 mostram que a variedade de línguas é realmente grande e muitos desses falantes não sabem se expressar na língua oficial do país, o português (Tabela 1).

Tabela 1: população acima de 5 anos segundo língua materna 2017

Língua	População falante
Emakhuwa	5 813 083
Português	3 686 890
Xichangana	1 919 217
Elomwue	1 574 237
Cinyanja	1 790 831
Cisena	1 578 164
Echuwabo	1 050 696
Cindau	836 038
Xitswa	836 644
Mudo	4 173
Otras linguas moçambicanas	2 633 088
Otras linguas estrangeiras	112 385
Desconhecidas	407 927

Fonte: INE, 2019.

Tabela 2: condição de alfabetização.

	Homens	Mulheres	Total
Sabe ler e escrever	6 203 628	5 270 447	11 474 075
Não sabe ler nem escrever	4 272 569	6 229 631	10 502 200
Desconhecida	133 652	133 446	267 098

Fonte: INE, 2019.

Como se vê nos dados do último censo do país (2017), o emakhuwa (predominante no norte) é a língua com o maior número de falantes em Moçambique, seguida pelo português. Se somadas as línguas tradicionais listadas, mais o item “outras línguas moçambicanas”, o número dos que não falam português ou o têm como segunda língua eleva-se bastante (18.031.998), isso sem contar com aquelas que os recenseadores listaram como línguas desconhecidas.

Outro dado significativo é o número de analfabetos. Dos 27.909.798 moçambicanos apurados pelo censo de 2017, quase 50% declarou que não sabe ler nem escrever (Tabela 2). Deve-se destacar que poucas línguas tradicionais foram fonetizadas e possuem dicionário, gramática ou quaisquer outras formas escritas que permita a alfabetização.

A partir das tabelas 1 e 2, fica fácil perceber a importância das rádios comunitárias, quando se vê uma grande parte da população sem condições de transitar pelo mundo letrado. Para todo esse grupo (quase 50%), só é possível participar da vida moçambicana através da palavra fa-

lada. Soma-se a isso o elevado número de pessoas que não se comunica em português e teremos mais de 70% de moçambicanos que apreendem o mundo por canais como as RCs, que possuem programação em línguas tradicionais e uma estreita ligação com as comunidades locais. Uma das pesquisas mais recentes sobre a potencial audiência das rádios comunitárias em Moçambique mostra que ela atinge mais de 70% da população (Mangue, 2022). O estudo foi realizado a partir de projeções tomando por base o ano de 2015 (CAICC, 2015).

O rádio é um dos meios de comunicação mais conhecidos e acessíveis desde a sua popularização, no início dos anos 1920-30, até hoje, no século XXI. Essa característica mantém-se mesmo após a implantação de avançadas tecnologias da comunicação e da informação. Muitos, inclusive, imaginavam que o rádio poderia desaparecer, mas, na verdade, sua penetração e audiência parece ter sido até mesmo ampliada. Hoje é comum ouvir rádio (inclusive as rádios comunitárias) no telemóvel², no tablet, computador e em outras tantas formas de recepção da palavra falada, como o podcast.

² O censo de 2017 mostra a ampliação no número de telemóveis.

As rádios comunitárias têm sido instrumentos importantes em África, pois chegam a locais longínquos, abarcam e fortalecem comunidades em prol do desenvolvimento. Países como Moçambique receberam um grande volume de financiamentos e doações do Banco Mundial através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para implantar emissoras e formar pessoas para manter as programações. Isso aconteceu, especialmente, nos anos 1990, após o estabelecimento de eleições livres. Infelizmente não há dados sobre os valores investidos nesse projeto da ONU em Moçambique.

Segundo informações do Projecto de Desenvolvimento dos Medias em Moçambique, que opera ao abrigo de um acordo entre o governo moçambicano e o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a rádio comunitária é aquela que é da comunidade, feita pela comunidade e para a comunidade, definindo-se a comunidade como um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou específicos (Sadique, 2001).

Estudos como o de Faruco Sadique têm revelado a importância deste meio de comunicação, que é barato e não necessita de muita mão de obra especializada. Além disso, a ligação com a comunidade garante uma programação sintonizada com os desejos da população que habita próximo à emissora, já que é da natureza das RCs a participação dos moradores que, inclusive, se transformam em comunicadores. A

pesquisa de Faruco Sadique foi publicada, inicialmente, em 2001, em periódicos da UNESCO (sem data divulgada) e reproduzido pelo CAICC no seu site em 2015.

As rádios comunitárias possuem, praticamente, as mesmas formas de actuação das emissoras comerciais, diferindo, fundamentalmente, pelo fato de não visar lucro. Para deixar mais claro, apresentamos nesse quadro algumas das principais características das RCs (Quadro 1).

É possível dizer, praticamente, que as rádios comerciais possuem as mesmas características das comunitárias, só que ao inverso. Por exemplo, o emissor é bastante diferenciado do receptor e há fins lucrativos, entre outras características. A principal, no entanto, é a participação, ou ainda, as oportunidades de participação que ocorrem – como um fim em si –, somente nas rádios comunitárias.

Justamente por ter condições e vocação para fazer com que os ouvintes participem da programação das emissoras é que as rádios comunitárias, além de se diferenciarem das rádios comerciais, se colocam como potenciais educadoras para a cidadania das comunidades às quais estão ligadas. Isso, claro, se o trabalho de colaboração, com a união de práticas sociais importantes para o desenvolvimento comunitário, estiver bem preparado.

Nesse texto, propõe-se, justamente, a ideia de que as RCs têm enorme potencial educativo e que, através de práticas educacionais, será possível ampliar e agilizar a vocação educadora das rádios

Quadro 1: principais características das RCs.

Características	Aspectos
Não há diferença entre emissor e receptor	Os receptores devem ter espaços e amplas condições para actuar como emissores de conteúdos nas transmissões das emissoras comunitárias
Ênfase no incentivo à busca por cidadania	A programação deve trabalhar para despertar a consciência crítica e a vida cidadã dentro da sociedade
Apropriação dos meios e técnicas	Facilitar o acesso e o uso de equipamentos disponibilizados pela emissora comunitária
Carácter público	Deve pertencer a uma colectividade geograficamente definida (cidade ou bairro, de preferência com um ou mais pontos em comum, como por exemplo falar a mesma língua)
Democracia	Deve possuir sistemas de gestão compartilhada, com órgãos deliberativos colectivos e eleitos democraticamente
Controle social	A programação deverá ser acompanhada e fiscalizada, no sentido de verificar sua adequação aos interesses da comunidade, o que deve ser realizado, de preferência, por um Conselho Comunitário
Pluralismo	Permitir que todos os segmentos da comunidade tenham direito de se expressar na RC em igualdade de condições, sem nenhuma restrição ou intimidação de qualquer natureza
Não tem fins lucrativos	A comercialização dos espaços publicitários se dá na forma de patrocínio, propaganda e de apoio cultural, ou até de prestação de serviços para terceiros; os recursos arrecadados são para custeio, manutenção pessoal e/ou reinvestimento no próprio veículo ou em acções para a comunidade, e não podem gerar lucro para apropriação particular; todo valor arrecadado é reinvestido
Compromisso social	Promover acções que visem ao desenvolvimento social e a organização da comunidade
Conteúdo local	Valorizar e incentivar a produção e visibilidade das culturas e manifestações locais, inclusive as linguagens, mitos e hábitos
Produção local	Ter um vínculo orgânico com a realidade local, tratando de seus problemas, suas características, suas festividades, suas necessidades, seus interesses e sua cultura
Participação	Garantir o acesso público ao veículo, nas mais completas formas de interactividade. A verdadeira rádio comunitária está sempre pronta para ajudar a organizar a população

comunitárias que, assim, poderão actuar mais extensamente como vectores de formação de cidadania.

O conceito de cidadania utilizado aqui é aquele que implica a extensão da capacidade de participação dos membros da comunidade na política, de uma maneira geral (Cortina, 2005). Segundo Adela Cortina, o que deve ser institucionalizado é um mínimo de justiça e não o bem-estar, pois esse promove um “Estado paternalista que gera (gerou) um cidadão dependente, ‘critiqueiro’ e não crítico, passivo, apático e medíocre” (Cortina, 2005, p. 64).

A ideia da autora é muito próxima aos pressupostos que norteiam a fundação das rádios comunitárias em Moçambique. Vejamos essa definição de Faruco Sadique:

A finalidade principal de uma rádio comunitária, refere ainda o mesmo documento, é contribuir para o desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, a democracia, os direitos humanos, a equidade e o empowerment da comunidade onde está inserida. Uma rádio efectivamente comunitária deve estar na comunidade, servir a comunidade e ser da comunidade (Sadique, 2001, p. 10-11).

Somente sendo da comunidade uma rádio poderá ser instrumento de cidadania. Existe coerência entre a programação radiofónica voltada para a cidadania e a ideia de trabalhar com a Educomunicação. Com essa união, as RCs poderão alavancar os conceitos de participação cidadã, orientan-

do a sua programação para produzir envolvimento da comunidade com os programas e as campanhas das rádios.

Materiais e métodos

Trabalha-se nesse texto com duas perspectivas metodológicas norteadoras, embora haja a presença de outras no raciocínio geral. Em primeiro lugar, quanto aos objectivos, trata-se de uma pesquisa exploratória. O tema, rádios comunitárias, faz parte do quotidiano profissional da área de Comunicação há muito tempo. Por isso, escolher um método de pesquisa como o exploratório é coerente, uma vez que nas pesquisas exploratórias o principal objectivo é ampliar o entendimento e a visibilidade sobre o tema (GIL, 2002, p. 41). Assim, o assunto fica mais explícito e, ao mesmo tempo, é possível descrever as características do tema – as rádios comunitárias de Moçambique –, dando-lhe mais visibilidade no universo académico.

A partir da percepção do objecto de estudo no seu contexto, busca-se o significado das informações obtidas. Para Triviños (1987), ao trabalhar com dados qualitativos, a pesquisa tem condições de captar não só aspectos “laterais”, mas, principalmente, a essência do assunto em foco. Assim, é possível trabalhar melhor as origens, relações e mudanças do assunto tratado.

O olhar sobre as rádios comunitárias, levando em conta o potencial da Educomunicação, se coloca nessa perspec-

tiva. Entende-se o seu funcionamento, as suas origens e as possibilidades de novos fazeres.

A busca de informações na bibliografia disponível amplia o conhecimento e permite avaliar como o assunto tem sido tratado em Moçambique, ou ainda, por moçambicanos. Colher dados teóricos nas bibliografias disponíveis (ver lista ao final desse texto) foi fundamental para compreender melhor temas como Educomunicação aplicada ao rádio, aspectos da pedagogia freiriana e a ideia de ecossistema educacional.

A recolha e análise dos dados não foi baseada na quantificação. Buscou-se analisar e descrever o fenómeno em sua forma mais complexa. Para Cerro e Bervian (2002), método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado. A técnica, por sua vez, é a aplicação do plano metodológico e a forma especial para a sua execução.

As pesquisas qualitativas buscam investigar se uma qualidade está presente, ao passo que as quantitativas buscam medir a presença de uma qualidade. Qualidade, aqui, deve ser entendida no sentido de propriedade, atributo ou condição das coisas ou pessoas, capaz de distingui-las das outras e de determinar sua natureza (Trujillo, 2003, p. 6).

A partir desse pensamento de Trujillo, é possível perceber que a opção por trabalhar com dados qualitativos está adequada a esse trabalho, pois se está investigando

se há potencial qualitativo nas rádios comunitárias de Moçambique para trabalhar com pressupostos educacionais. Nas pesquisas qualitativas, a fonte de dados é, especialmente, o ambiente, o ecossistema natural e o pesquisador é o instrumento principal da sua realização. Elas são descritivas e analíticas e valorizam todo o processo e não apenas o resultado.

As pesquisas exploratórias podem ser utilizadas por, pelo menos, duas razões básicas. Por exemplo, o investigador pode ser um grande curioso que quer compreender melhor um fenómeno em especial. Isso pode ser muito relevante quando se trata de uma nova área de investigação, para a qual nenhuma teoria satisfatória pode ser identificada. Outra possibilidade para trabalhar com os estudos exploratórios é estimar a viabilidade de desenvolver uma pesquisa pouco conhecida ou menos visível. Falar sobre o potencial educacional das rádios comunitárias de Moçambique se encaixa nessa ideia.

Esses procedimentos são um excelente caminho para suscitar discussões, novas aplicações e redefinições sobre o tema enfocado nesta pesquisa. Além de ferramenta para interpretar os dados aqui apresentados, essa forma de trabalho deve contribuir para que se possa fazer progredir iniciativas como essa no universo das pesquisas moçambicanas. Sobretudo porque trabalhar com análise qualitativa produz uma apreensão abrangente do fenómeno estudado, aliada à garantia de estar propondo

um conhecimento crítico da realidade que vivemos.

Os dados são analisados visando a oferecer bases para a proposta de implantação dos princípios educacionais nas rádios comunitárias de Moçambique. Esse exercício se dá a partir da relação estabelecida entre o ideal apontado por autores como Paulo Freire e Mario Kaplún, entre outros, e a realidade encontrada nas RCs do país.

Resultados

Na realidade de um país que necessita de ajuda externa para executar o seu orçamento, o trabalho das rádios comunitárias em Moçambique se reveste de grande importância devido às características desse tipo de veículo, como vimos anteriormente. O facto de se ter uma grande rede de emissoras – segundo relatório do Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC), “existem perto de 140 rádios comunitárias e centros multimédia comunitários que se encontram localizadas na sua maioria nas sedes dos distritos, com um raio de cobertura média de 70 km [...]” (CAICC, 2017, p. 5) –, representa uma grande força comunicacional.

Essas emissoras apresentam potencial e têm, na natureza de criação, responsabilidades sobre questões educativas. Dados do relatório realizado pelo CAICC, em 2016, apontam que todas as emissoras realizam programas educativos (CAICC, 2017, p. 6).

Foram ouvidas 25% das RCs do país. No mesmo inquérito, 95.7% das emissoras afirmam produzir programas de entretenimento e 39.1% realizam outros tipos de programa.

Já existe uma consciência entre as equipes de produção das emissoras de que a parte educativa merece atenção especial; esses números de 2016 não devem ter sofrido alterações severas. Em que pese as dificuldades financeiras, as RCs de Moçambique vão cumprindo um papel importante dentro daquilo que se pode chamar de actividade cidadã.

O trabalho de incentivar acções de cidadania deve ser uma das principais actividades das RCs. Essas acções devem ter um carácter organizativo e até mesmo reivindicatório, o que, invariavelmente leva ao papel educacional. Nesse aspecto, a Educomunicação pode oferecer uma contribuição importante aos trabalhos das emissoras.

Nas rádios comunitárias, os ouvintes passam a ser também produtores de conteúdo, o que possibilita uma mudança no seu modo de ver o mundo. Isso tem potencial para fazer com que os envolvidos tornem-se pessoas mais críticas, que não aceitem qualquer tipo de informação e ampliem a consciência cidadã.

É importante ter claro que a educação se realiza através de diálogos de saberes. Uma simples troca de informações não educa plenamente, muito menos a incorporação de raciocínios externos de forma acrítica. Na relação entre educação, comu-

nicação (rádios comunitárias) e cidadania se busca um entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade, da mesma vida.

Quando o trabalho é educar para a cidadania, o melhor caminho é o das acções cooperativas. Assim, pode-se dar oportunidade a um processo de interlocução de diferentes vozes e atitudes que se colocam próximas. Os membros da comunidade onde está uma RC podem solidarizar-se e identificar-se, e isso proporciona a construção de espaços comuns de actuação. Aqui se destaca o papel da Educomunicação, que actua para criar as condições para que as pessoas ampliem diálogos e saberes, esclareçam dúvidas, valorizando suas experiências de vida.

Trata-se de uma expressão que não apenas indica a existência de uma nova área que trabalha na interface comunicação e educação, mas também sinaliza para uma circunstância histórica, segundo a qual os mecanismos de produção, circulação e recepção do conhecimento e da informação se fazem considerando o papel de centralidade da comunicação (Citelli; Costa, 2011, p. 8).

Na nossa contemporaneidade, a promoção da cidadania passa pelos meios de comunicação. Como alertam Citelli e Costa (2011), esse papel de centralidade dos meios mostra que construir um conhecimento colectivo através de espaços como as RCs é ferramenta fundamental para promover debates locais que apontem à resolução

dos problemas quotidianos nas pequenas comunidades.

Nas obras de Paulo Freire (1996; 2006) fica expresso um pensamento que relaciona o trabalho educacional com a comunicação. Para ele, através da comunicação é possível desenvolver melhor o necessário diálogo social. Isso porque Freire via a educação como um processo colectivo de aprendizado, onde os sujeitos interagem e podem expressar seus variados pontos de vistas sobre quaisquer assuntos. Ou seja, algo muito próximo do que se pode fazer nas rádios comunitárias, relacionando educação e cidadania.

Na Educomunicação, a recepção (os ouvintes) deve ser crítica e interagir com a emissão (os que estão transmitindo), de modo a ressignificar a mensagem a partir da experiência de vida local, social, cultural, educacional, religiosa. Aí sim, o ciclo educacional se estabelece e criam-se condições para a resolução de problemas que, muitas vezes, não seriam enfrentados da mesma forma e se prolongariam caso o diálogo não fosse accionado.

A programação das RCs pode ser um instrumento de construção da cidadania. Isso se daria ao ampliar a educação individual e colectiva das minorias sociais. A proximidade que existe entre emissora e moradores é um importante elemento de mobilização e conscientização de que a participação dos moradores pode resolver problemas e proporcionar um completo exercício dos seus direitos. Claro que a RC também deve trabalhar para a observação de princípios

éticos e políticos e tudo o que envolve o exercício da cidadania.

A principal proposta desse texto é chamar a atenção sobre um assunto, um tema, que é pouco estudado em Moçambique, mas, de maneira geral, tem pouca representação pública mundial³. A ligação entre actividades das rádios comunitárias e o incentivo às práticas cidadãs deve ser entendida como uma condição para a plena existência das RCs.

A ideia de cidadania confunde-se com o próprio direito à vida. Dessa maneira, relacionar uma actividade comunitária com práticas cidadãs e educativas através de serviços como o das rádios comunitárias é pôr em andamento um projeto humano.

[...] trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência (Manzini-Covre, 2001, p. 11).

Uma rádio comunitária que trabalha dentro dos princípios expostos aqui pode, sim, ser um espaço de educação para a cidadania. Claro que se devem atender alguns aspectos que garantam a participação dos moradores, da comunidade. Em cada local esse processo pode variar, sofrer alterações ou ter um funcionamento específico. Em Moçambique, como se viu, pela história e organização das RCs, já é possível identi-

car algumas lições. São práticas, lógicas e concepções que podem orientar qualquer equipe de rádio comunitária a pensar a sua programação, campanhas e relacionamento com a audiência, visando ampliar o convívio cidadão.

Uma boa equipe de rádio comunitária deve se preocupar com o respeito aos direitos humanos. Para isso, a RC deve organizar-se para, ela mesma, a equipe, manter o respeito e incentivar a ampliação desses direitos. O direito à informação é um valor máximo a ser divulgado, garantido e ensinado.

Diferente das rádios comerciais, as emissoras comunitárias precisam permanentemente construir instrumentos de participação, na sua programação e na vida política de forma geral. Para isso, são necessárias acções oficiais, como escrever e divulgar os estatutos das RCs junto às comunidades e segui-los exemplarmente. Assim, educa-se a população a fazer o mesmo em relação às regras sociais (a Constituição da República de Moçambique, por exemplo) de maneira geral. Saber, compreender, observar e, quando for o caso, lutar contra algum aspecto no sentido de aperfeiçoar as regras.

No quotidiano da programação, a equipe responsável pela produção dos conteúdos deve sempre buscar posicionamentos em relação a direitos e responsabilidades, para além de seus interesses individuais e con-

³ Uma pesquisa no buscador Google Acadêmico para rádio comunitária e cidadania retorna um universo de, aproximadamente, 5.070 resultados. Mesmo assim estão incluídos textos que apenas citam um dos temas, o foco no binômio reduz a busca para algumas dezenas de resultados.

siderando o bem comum. Toda tomada de decisão precisa ser pensada quanto aos impactos que ela vai ter dentro do grupo e na sociedade como um todo. As decisões devem ser planejadas e decididas coletivamente, sobretudo quando se referem a questões que afectam a maioria da população.

Por meio da programação quotidiana da emissora é possível produzir pautas e programas que ajudem a comunidade a reflectir sobre situações concretas. Assuntos mais complexos e difíceis de lidar como frustrações, questões pessoais, quando tratados de forma quotidiana, tendem a ser mais bem compreendidos.

A programação como um todo deve propiciar que sejam vivenciados e identificados valores importantes para o indivíduo e para a comunidade. Ao produzir ou colaborar na produção de conteúdos que tragam reflexão sobre valores individuais e coletivos, confrontando-os e ponderando sobre o que é mais correto, permitirá definir acções que tenham uma prática reflexiva e que proponham um agir de acordo com as reflexões realizadas.

Todos os conteúdos precisam estar sintonizados com a prática do debate de ideias. Os programas precisam se preocupar em reconhecer e tratar valores conflitantes e dilemas éticos tanto no nível local como global. Os debates devem ser trabalhados para se transformarem em hábito, sempre accionados antes de um posicionamento ou tomada de decisões.

Como sublinhou Mario Kaplún:

comunicación es el processo por el cual un individuo entra em cooperación mental con otro hasta que ambos alcanzan una conciencia común. Información, por el contrario, es cualquier transmisión unilateral de mensajes de un emisor a un receptor (Kaplún, 1998, p. 64).

Na mesma linha que Paulo Freire, Kaplún vê a comunicação muito próxima da educação. Todo processo que se propõe educativo deve proporcionar manifestações autônomas dos sujeitos. Deve permitir a ocorrência de múltiplos papéis em todas as etapas dos processos de produção de conteúdos. É lógico, no entanto, que as pautas devem se orientar para assuntos que elevem o debate cidadão.

É importante trabalhar conceitos de cidadania na programação através de projectos, campanhas e acções comunitárias. A população precisa ser educada para compreender os valores cidadãos e aplicá-los no quotidiano. As pessoas da comunidade precisam saber lidar com os desafios do mundo real, sempre pensando na possibilidade de novas abordagens e até mesmo em soluções.

Considerações finais

Para se trabalhar a ideia de cidadania como prática quotidiana é necessário criar o hábito da participação popular efectiva e constante. Em uma rádio comunitária, essa participação não pode se limitar aos pedidos de música e opiniões aleató-

rias, é necessário proporcionar espaços na programação, nos serviços de utilidade pública, enfim em toda a programação, para que a busca de soluções para problemas enfrentados pela comunidade seja algo cotidiano e compreendido por todos.

A título de encerramento, segue uma lista de sugestões de ações para as rádios comunitárias ampliarem suas preocupações e programações quanto à cidadania:

- Uma emissora comunitária estrutura-se a partir de demandas locais; os conteúdos locais ou de interesse local devem ser prioridade na programação.
- Garantir e sempre divulgar a existência de espaços para que o cidadão participe das discussões políticas.
- Melhorar o nível de acesso a bens culturais.
- Preocupar-se com a educação formal e informal.
- Democratizar o acesso à informação.
- Actuar com um canal de expressão e participação popular.
- Ter actividades usando a mobilidade, fazendo entradas ao vivo de diferentes lugares da comunidade.
- Produzir programas de entretenimento, divertidos e lúdicos.
- Privilegiar a participação dos membros da comunidade abrindo canais como mensagens por telemóveis, participações ao vivo, leitura de opiniões de ouvintes, entre outras formas de fazer com que a audiência se sinta parte da programação.

Mesmo atendendo a esses requisitos, uma rádio comunitária precisa ter presente que o processo de construção da cidadania será proporcional ao nível de participação popular que ela produzir. Será sempre necessário lembrar que a construção da cidadania só vai acontecer por meio da associação, da conscientização popular, da mobilização e da organização das comunidades. Por isso, a rádio comunitária deve facilitar o acesso do povo aos canais e mecanismos de participação, sempre ampliando-os e incluindo novos públicos, novas demandas.

A situação de miséria de grande parte da população moçambicana torna todos esses requisitos difíceis de serem alcançados plenamente. No entanto, somente trabalhando os temas junto à população, à comunidade, se pode imaginar algum resultado. É importante confiar nos ensinamentos e nas práticas de Freire, Kaplún e tantos outros, que viram na radiofusão possibilidades de educação e, consequentemente, de pensares autônomos, focados na formação cidadã e humanista.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. M. V. **As rádios comunitárias em Moçambique**: estudos de caso. 2005. 238 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Universidade do Porto, Porto - PT, 2005.
- CAICC (Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária). **Relatório** - Con-

- teúdos produzidos nas rádios e centros multimedia comunitários em Moçambique - 2016. Maputo: CAICC, 2017.
- CAICC. **Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique**. Maputo: CAICC, 2015. Disponível em: https://www.caicc.org.mz/images/documentos/Estudo_Estimativa_Cidadaos_Abrangidos_Novembro_2015.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (org.), **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- ETHNOLOGUE. Languages of the world. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/country/MZ/languages>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIRARDI, Ilza; JACOBUS, Rodrigo (org.). Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo. Porto Alegre: Revolução de Ideias, 2009.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017. Maputo: INE, 2019.
- KAPLÚN, Mario. Una pedagogía de la comunicación. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.
- MANGUE, Aida. As rádios comunitárias e a produção de conteúdos em Moçambique: experiências de comunicação para o desenvolvimento. **Revista Ação Midiática**, v. 24, n. 1, jul./dez. 2002. DOI 10.5380/am.v24i1.85500
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo; Brasiliense, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina C. (orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 121-134.
- MARTÍN-BARBERO, J. **La educación desde la comunicación**. Bogotá: Norma, 2014.
- OROZCO, G. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 69-94.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Rádios livres e comunitárias, legislação e educomunicação. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información e Comunicación**, São Cristóvão - SE, v. 40, n. 3, p. 70-98, set./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/98/70>. Acesso em: 22 set. 2021.

PNUD. **Comunicación para el desarrollo:**

fortaleciendo la eficacia de las Naciones Unidas. Nova York: PNUD, 2011.

SADIQUE, Faruco. **Ondas comunitárias.**

Algumas experiências de apoio ao estabelecimento de rádios comunitárias pela UNESCO em Moçambique. Projecto de Desenvolvimento dos 'Medias'. Maputo: UNESCO, 2001.

SOARES, Ismar de Oliveira. Caminhos da gestão comunicativa como prática de educomunicação. *In*: BACCEGA, Maria Aparecida; COSTA Maria Cristina Castilho (org.).

Gestão da comunicação, epistemologia e pesquisa teórica. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 161-188.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação.** São Paulo: Paulinas, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO, Victor. **Pesquisa de mercado qualitativa & quantitativa.** São Paulo: Scortecci, 2003.

